

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.891 - SP (2019/0295428-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**KARINA SANTOS SALVADOR - SP290900**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : RICARDO FIGUEIREDO DOS SANTOS**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de RICARDO FIGUEIREDO DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação n.º 0047196-83.2018.8.26.0050.

Consta nos autos que o Paciente foi condenado "*à pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e o pagamento de 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa, na forma especificada, por infração ao artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06*" (fl. 27).

Inconformado, o Sentenciado interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente provido tão somente para "*reduzir a pena-base arbitrada ao apelante Ricardo Figueiredo dos Santos para o mínimo legal, sem reflexos, contudo, na pena final a ele imposta*" (fl. 47).

Neste writ, a Defensoria Pública sustenta, em síntese: a) a ilegalidade da fixação do regime inicial fechado, porquanto "[o] réu é primário, sem quaisquer antecedentes e, como acima já exposto, teve a pena base fixada no mínimo legal (circunstâncias judiciais favoráveis)" (fl. 6); e b) o direito do Paciente à substituição da pena corporal por sanções restritivas de direitos.

Requer, liminarmente e no mérito, que o Paciente seja colocado no regime aberto com a substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direitos.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

O Tribunal de origem, ao manter o regime inicial fechado, apresentou os seguintes fundamentos (fl. 45):

*"Registre-se, com isso, que não houve violação alguma às*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Súmulas 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal, já que a gravidade do crime foi analisada no caso em concreto, notadamente ao se considerar a natureza, diversidade e quantidade da droga apreendida, 67 (sessenta e sete) invólucros plásticos contendo maconha, pesando 236,7 grs. (duzentos e trinta e seis gramas e sete decigramas), além de 178 (cento e setenta e oito) eppendorfs contendo cocaína, pesando 156,9 grs. (cento e cinquenta e seis gramas e nove decigramas), justifica, por si só, a fixação de regime mais severo para início do cumprimento da pena, pelo excessivo mal que podem causar à saúde pública, atingindo um número incontável de pessoas, podendo levar os usuários das drogas traficadas até a morte, o que bem revela a frieza, indiferença e, conseqüentemente, periculosidade do apelante Ricardo, de modo a justificar a manutenção do regime fechado imposto na r. sentença de primeiro grau, nos termos do artigo 42 da Lei de Drogas."*

Como se percebe, a Corte de origem apresentou fundamentação concreta para a fixação do regime prisional mais gravoso do que o admitido pelo *quantum* da pena aplicada – 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão –, todavia, no caso, considerando a primariedade do Paciente e a inexistência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, mostra-se cabível, em observância aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a fixação do regime inicial semiaberto, conforme o disposto no art. 33, §§ 2.º e 3.º, c.c. o art. 59, ambos do Código Penal, e art. 42 da Lei de Drogas.

No que se refere ao pleito de substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direitos, entendo, em princípio, que a quantidade e diversidade das drogas apreendidas impedem a concessão do instituto, nos termos do art. 44, inciso III, do Código Penal.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado desta Corte de Justiça:

*"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE INDIQUEM A DEDICAÇÃO DO AGENTE EM ATIVIDADES CRIMINOSAS. APLICABILIDADE EM GRAU MENOR. REGIME PRISIONAL. PENA INFERIOR A QUATRO ANOS. QUANTIDADE DE DROGA. MODO SEMIABERTO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE. MANIFESTA ILEGALIDADE VERIFICADA EM PARTE. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

[...]

*5. O regime semiaberto é o adequado para o cumprimento da pena de 3 anos e 4 meses de reclusão, diante da aferição negativa da quantidade e da diversidade de droga (141,4g de maconha e 68,7g de*

# Superior Tribunal de Justiça

*cocaína), na terceira fase da dosimetria.*

**6. Não se mostra recomendável a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, em razão da diversidade e da quantidade de drogas apreendidas (art. 44, III, do CP).**

7. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para aplicar a minorante do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 na fração de 1/3, redimensionando a pena final do paciente para 3 anos e 4 meses de reclusão mais pagamento de 334 dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semiaberto." (HC 498.134/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 04/06/2019; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido liminar para assegurar ao Paciente o cumprimento da pena no regime inicial semiaberto até o julgamento definitivo deste *writ*, se por outro motivo não estiver preso em regime mais gravoso.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado São Paulo e ao Juízo de primeira instância, comunicando-lhes o inteiro teor da presente decisão para adoção das providências cabíveis.

Encontrando-se os autos devidamente instruídos, dispense as informações da Autoridade Coatora.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora